

RECURSO ESPECIAL Nº 1.839.761 - MG (2019/0285012-0)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RECORRIDO : MOISES HENRIQUE MARTINHO (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, fundamentado na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça local.

Consta nos autos que o Juiz de Direito da Vara de Execuções Criminais determinou a perda automática de dias remidos, na fração de 1/3, em razão da ocorrência de falta grave. Irresignada, a defesa interpôs agravo em execução, ao qual, por maioria de votos, foi dado parcial provimento, nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 83):

AGRAVO EM EXECUÇÃO - RECONHECIMENTO DE FALTA GRAVE - POSSIBILIDADE - AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS - RECURSO DESPROVIDO. - PERDA DE 1/3 DOS DIAS REMIDOS - AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO DECISUM - OFENSA AO ART.93, IX DA CF - NULIDADE PARCIAL DO ATO DECISÓRIO.

- Comprovadas a autoria e a materialidade do ato caracterizador de falta grave, essa deve ser reconhecida judicialmente, mormente quando a confissão do reeducando em sede administrativa esteja em harmonia com os demais elementos de provas.

- Ao estabelecer o quantum de dias remidos que será perdido, no caso de cometimento de falta grave pelo apenado, o julgador deve apresentar fundamentação adequada, tendo como base "a natureza, os motivos, as circunstâncias e as consequências do fato, bem como a pessoa do faltoso e seu tempo de prisão", conforme dispõe o art. 57 da LEP.

- A omissão da decisão em apresentar fundamentação acerca da fração dos dias remidos a serem estornados enseja a declaração de sua nulidade parcial, devendo o juízo da execução proferir nova decisão acerca da questão, apresentando motivação idônea. V.v. - Em observância ao princípio da motivação dos atos jurisdicionais, deve ser

decotada da decisão primeva a perda dos dias remidos, quando o MM.

Juiz aplica a fração máxima de revogação do tempo remido sem a devida fundamentação.

Opostos embargos infringentes pela defesa, foram acolhidos, nos termos da ementa abaixo (e-STJ fl. 116):

EMBARGOS INFRINGENTES EM AGRAVO EM EXECUÇÃO - VIABILIDADE DE DECOTE DA PERDA DOS DIAS REMIDOS - IMPOSIÇÃO DA PENA MÁXIMA SEM FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA - EMBARGOS INFRINGENTES CONHECIDOS E ACOLHIDOS.

A quantidade de dias remidos a serem perdidos com o reconhecimento da falta grave varia de acordo com os critérios do art. 57 da LEP, sendo defeso aplicar a fração máxima sem qualquer fundamentação.

Nas razões do recurso especial, alega o recorrente violação dos artigos 50, inciso VII, 57, 118, inciso I, e 127, todos da LEP, aduzindo que "em assim procedendo, o Tribunal de Justiça mineiro violou os dispositivos legais supramencionados, porquanto desconsiderou o entendimento jurisprudencial no sentido de que é poder-dever a aplicação da perda dos dias remidos pelo Judiciário, sendo que, ausente a fundamentação, deve-se determinar que o Juízo da Execução Penal decrete, fundamentadamente, a perda de até 1/3 dos dias remidos."(e-STJ fl.137).

Sustenta, que "o entendimento exarado pelo acórdão no sentido de que a ausência de fundamentação da fração aplicada acarreta o decote da redução dos dias remidos afronta as disposições legais concernentes à sanção pela prática de falta grave."(e-STJ fl. 137)

Aponta que "o referido dispositivo legal determina a aplicação da perda dos dias remidos pelo Poder Judiciário, quando da prática da falta grave, tal como na O hipótese dos autos. Logo, a decretação da perda dos dias remidos é copente. Apenas a fixação da fração de redução deve ser objeto da análise

discrecionária do magistrado."(e-STJ fl. 138)

Afirma que "não se afigura possível o decote da perda dos dias remidos operada pelo Tribunal de Justiça mineiro, por se tratar de verdadeiro poder -dever imposto ao iuiz, quando atestado o cometimento da falta grave pelo reeducando, falta que, inclusive, foi devidamente confirmada pelo voto condutor do aresto fustigado (fl. 66/66-v, anverso de fl. 68 e verso de fl. 69)."(e-STJ fl. 140)

Alega que "a ausência de fundamentação para a adoção da fração de perda dos dias remidos não implica o decote automático da sanção ou a alteração da fração adotada, sob pena de estímulo à impunidade. Portanto, ausente a fundamentação, deve-se determinar a remessa dos autos ao Juízo das Execuções, para que este decrete, fundamentadamente, a fração aplicável ao caso."(e-STJ fl. 140)

Requer o provimento do recurso especial para que seja decretada a nulidade parcial da decisão proferida em primeiro grau, quanto à determinação de perda da terça parte dos dias remidos, com a remessa do feito para o juízo da Vara de Execuções Criminais da Comarca de Ribeirão das Neves/MG, para fundamentação da fração a ser aplicada à penalidade.

Apresentadas as contrarrazões (e-STJ fls. 156/163), o recurso foi admitido (e-STJ fls. 165/167), manifestando-se o Ministério Público Federal pelo seu provimento, nos seguintes termos (e-STJ fls. 179/184):

RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO PENAL. COMETIMENTO DE FALTA GRAVE. PERDA DE DIAS REMIDOS. FIXAÇÃO DO PATAMAR MÁXIMO DE 1/3. FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA. REFORMA DA DECISÃO. DISSONÂNCIA COM O OBJETIVO DE RESSOCIALIZAÇÃO DO APENADO. POSSIBILIDADE DE FUNDAMENTAÇÃO DO JUÍZO DE PISO PARA APLICAÇÃO DE OUTRO PATAMAR.

1. É possível a perda de até 1/3 dos dias remidos pela prática de faltas graves, podendo ser fixado o patamar máximo, desde que devidamente fundamentado e amparado nas peculiaridades do caso concreto.

2. Ainda que não fundamentada a decisão de perda dos dias

remidos na fração máxima, o decote da perda dos dias remidos da decisão destoa de objetivos subjacentes à execução da pena, quais sejam, estimular a função reeducativa da execução penal e promover a ressocialização segura do condenado, internalizando os parâmetros orientadores da responsabilidade e da recompensa pelas ações que pratica.

3. Parecer pelo provimento do recurso especial para determinar que o Juízo da Vara de Execuções Criminais da Comarca de Ribeirão das Neves/MG decida, de maneira fundamentada, a fração da perda dos dias remidos aplicável ao caso.

É o relatório. **Decido.**

O recurso é cabível e tempestivo e a matéria foi devidamente prequestionada. No mérito, verifico que a irresignação do recorrente merece prosperar.

O Juízo *a quo* reconheceu a prática de falta grave e declarou a perda de 1/3 dos dias eventualmente remidos anteriormente à data da falta (e-STJ fl. 1). Por sua vez, a Corte de origem excluiu, por ausência de fundamentação, a sanção expressamente prevista na LEP.

Busca o recorrente a cassação do acórdão prolatado, para que seja determinada a adequada fundamentação da decisão proferida ou ainda o restabelecimento da fração fixada na origem.

Acerca do tema trazido à discussão, segue o que decidiu o juiz sentenciante (e-STJ fl. 1):

(...)

A. defesa assim se manifestou:

MM Juíza, conforme midia anexa. Pela MM. Juíza foi decidido. Vistos etc.:

Sentença, conforme midia anexa. DISPOSITIVO: Com relação à suposta fuga ocorrida em 24.12.2015 com reapresentação espontânea em 25.12.2015, em que pese o descumprimento das condições impostas ACOLHO a justificativa apresentada e, conseqüentemente, NÃO RECONHEÇO a falta grave. Lado outro, em relação à fuga ocorrida em 22.04.2016 RECONHEÇO a prática da falta grave prevista no art. 50 II

da LEP REGRIDO o sentenciado ao regime fechado.

DETERMINO a perda de 1/3 dos dias remidos ou a remir até a data da falta, com fulcro no art.127, LEP. Já em relação ao fato ocorrido em 20.01.2017 RECONHEÇO a prática da falta grave prevista no art. 50 VII da LEP MANTENHO o sentenciado ao regime fechado. devendo a data da falta (20.01.2017) ser considerada como novo marco para obtenção de futuros benefícios.

DETERMINO a perda de 1/3 dos dias remidos ou a remir, com fulcro no art.127, LEP. Tendo em vista que, embora oficiada a unidade prisional, não foi enviado cópia integral do(s) procedimento(s) administrativo(s) da(s) suposta(s) falta(s) grave(s) envolvendo o reeducando, REDESIGNO esta audiência para o dia 06.06.2017 às 14:40.

(...)

Por sua vez, a Corte *a quo* assim se manifestou sobre o tema (e-STJ fls. 87/88):

(...)

Passo à análise acerca dos dias remidos.

O art.127 da LEP estabelece que, "em caso de falta grave, o juiz poderá revogar até 1/3 (um terço) do tempo remido, observado o disposto no art. 57".

Constata-se, então, que a fração dos dias remidos a ser revogado, no caso de cometimento de infração grave, é variável, não podendo exceder a 1/3 (um terço).

Ao estabelecer o quantum de dias remidos que será perdido, o julgador deve apresentar fundamentação adequada, tendo como base "[...] a natureza, os motivos, as circunstâncias e as consequências do fato, bem como a pessoa do faltoso e seu tempo de prisão [...]", conforme dispõe o art.57 da LEP.

No presente caso, o eminente Magistrado limitou-se a declarar perdido 1/3 dos dias remidos, não apresentando qualquer justificção para tanto.

A imposição de motivação dos atos decisórios é postulado constitucional inarredável, constituindo importante garantia em favor dos indivíduos contra eventuais excessos do Estado-Juiz, representando verdadeira condição de validade das decisões judiciais.

Assim, o agravante sofreu irreparável prejuízo, na medida em que restou impossibilitado de rebater a motivação que embasou a revogação dos dias remidos na fração máxima, posto que inexistente.

De outra senda, tal defeito não pode ser emendado nesta fase processual, sob pena de incorrer em supressão de instância. Vale ressaltar que a omissão do decisum não impõe como consequência a preservação integral dos dias remidos, mas a declaração de nulidade parcial da decisão, para que o juiz complemente o ato jurisdicional, apresentando fundamentação adequada.

Ante o exposto, dou parcial provimento ao recurso, para declarar a nulidade parcial da decisão, mais precisamente no que se refere à perda de 1/3 dos dias remidos, para que o d. Magistrado singular decida de maneira fundamentada acerca da questão.

(...)

Contudo, no julgamento dos embargos infringentes, determinou-se o decote da pena dos dias remidos (e-STJ fls. 115/121).

A jurisprudência desta Corte Superior de Justiça é pacífica quanto às consequências do reconhecimento de falta disciplinar de natureza grave praticada pelo apenado no curso da execução penal: (i) regressão de regime prisional; **(ii) perda de dias remidos;** (iii) alteração da data-base para a concessão de benefícios da execução (salvo o livramento condicional, a comutação de pena e o indulto).

Nesse sentido:

EXECUÇÃO PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. PRÁTICA DE FALTA GRAVE NO CURSO DA EXECUÇÃO DA PENA. FUGA. SANÇÃO DE PERDA DOS DIAS REMIDOS NO PERCENTUAL MÁXIMO. ADEQUAÇÃO. GRAVIDADE DA FALTA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

I - A Terceira Seção desta Corte, seguindo entendimento firmado pela Primeira Turma do col. Supremo Tribunal

Federal, sedimentou orientação no sentido de não admitir habeas corpus substitutivo de recurso adequado, situação que implica o não conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício, em homenagem ao princípio da ampla defesa.

II - Consoante art. 50, II, LEP, o reeducando que foge no curso da execução penal, comete falta grave.

III - A teor do art. 118, I, e art. 127 da LEP, o reeducando que comete falta grave no curso da execução fica submetido às sanções de regressão do regime prisional, perda dos dias remidos e alteração da data-base para a progressão de regime.

IV - A sanção de perda de até 1/3 (um terço) dos dias remidos, em razão da prática de falta grave, exige fundamentação concreta, consoante determina a legislação de regência, ao estabelecer a observância das diretrizes elencadas no art. 57 da LEP. V - Consolidou-se nesta Corte de Justiça o entendimento de que a natureza especialmente grave da falta disciplinar - fuga - justifica a adoção do percentual máximo de perda dos dias remidos (art. 127, da LEP).

Habeas corpus não conhecido. (HC 457.491/SC, Rel. Ministro FELIX FISCHER, Quinta Turma, DJe 06/09/2018)

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO. DESCABIMENTO. EXECUÇÃO PENAL. POSSE DE APARELHO CELULAR DENTRO DA CASA PRISIONAL. FALTA DISCIPLINAR GRAVE. AFASTAMENTO. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. REGRESSÃO DE REGIME. ALTERAÇÃO DA DATA-BASE PARA A CONCESSÃO DE NOVOS BENEFÍCIOS. PERDA DE 1/6 DOS DIAS REMIDOS. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. WRIT NÃO CONHECIDO.

1. Em consonância com a orientação jurisprudencial da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal - STF, esta Corte não admite habeas corpus substitutivo de recurso próprio, sem prejuízo da concessão da ordem, de ofício, se existir flagrante ilegalidade na liberdade de locomoção do paciente.

2. Tendo em vista o teor da fundamentação apresentada pelas instâncias ordinárias, o afastamento da falta grave praticada pelo ora paciente (art. 50, VII, da Lei n. 7.210/84 Lei de Execução Penal - LEP) demanda o reexame de matéria fático-probatória, inadmissível na via estreita do habeas corpus.

Ademais, vale registrar que se consolidou neste Tribunal Superior de Justiça "entendimento no sentido de que a desobediência aos agentes penitenciários constitui-se em falta grave, a teor do art. 50, VI, c/c o art. 39, II e V, ambos da Lei de Execuções Penais" (HC n. 377.551/SP, QUINTA TURMA, Rel. Min. REYNALDO SOARES DA FONSECA, DJe de 28/3/2017).

3. O cometimento de falta grave pelo apenado (a) importa na alteração da data-base para a concessão de novos benefícios, salvo livramento condicional, indulto e comutação da pena; (b) autoriza a regressão de regime e (c) a revogação de até 1/3 dos dias remidos (art. 127 da LEP).

4. Inexiste flagrante ilegalidade no acórdão que determinou a perda de 1/6 (um sexto) dos dias remidos, em razão da prática de falta grave, nos termos do art. 127 c/c o art. 57 da LEP.

Habeas corpus não conhecido. (HC 417.395/RS, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, Quinta Turma, DJe 20/06/2018)

No que tange à remição, consolidou-se nesta Corte entendimento de que caracteriza **coaçoão ilegal a decretação da perda dos dias remidos na fração máxima de 1/3, sem fundamentação concreta.**

Confira-se:

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. DESCABIMENTO. FALTA GRAVE. ALTERAÇÃO DA DATA-BASE PARA A CONCESSÃO DE NOVOS BENEFÍCIOS, EXCETO INDULTO, COMUTAÇÃO E LIVRAMENTO CONDICIONAL. PERDA DE 1/3 DO TEMPO REMIDO. NECESSIDADE DE FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. ART. 127 C.C. O ART. 57 DA LEI N. 7.210/84 (LEI DE EXECUÇÃO PENAL - LEP). HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

- O Superior Tribunal de Justiça, seguindo o entendimento da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, passou a inadmitir habeas corpus substitutivo de recurso próprio, ressaltando, porém, a possibilidade de concessão da ordem de ofício nos casos de flagrante ilegalidade.

- A falta disciplinar de natureza grave resulta na alteração da

data-base para a concessão de novos benefícios, salvo indulto, comutação e livramento condicional, conforme entendimento firmado pela 3ª Seção desta Corte, no julgamento do EREsp n. 1.176.486/SP.

- O art. 127 da Lei n. 7.210/84, com a nova redação dada pela Lei n. 12.433/11, concede ao juízo da execução a discricionariedade para determinar o patamar de perda do tempo remido, observados os parâmetros do art. 57 da LEP (a natureza, os motivos, as circunstâncias e as conseqüências do fato, bem como a pessoa do faltoso e seu tempo de prisão).

- Na hipótese dos autos, o juízo da execução declarou a perda de 1/3 do tempo remido, mas não apresentou fundamentação, com base nos parâmetros do art. 57 da LEP, que justifique a escolha desse patamar, o que configura patente ilegalidade. Precedentes: HC n.

282.265/RS, Rel. Min. ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe 2/5/2014; HC n. 299.308/RS, Rel. Min. NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 3/10/2014.

Habeas corpus não conhecido, mas concedida a ordem de ofício para afastar a interrupção da contagem do lapso temporal para o livramento condicional, o indulto e a comutação de pena, bem como para que o juízo da execução fundamente, de maneira concreta, a fração da perda dos dias remidos.

(HC 312.977/RS, Rel. Ministro ERICSON MARANHO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SP), SEXTA TURMA, julgado em 18/06/2015, DJe 30/06/2015)

EXECUÇÃO PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. NÃO CABIMENTO. FALTA GRAVE APURADA EM PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. PERDA DOS DIAS REMIDOS NO PATAMAR MÁXIMO DE 1/3 (UM TERÇO). DIMENSIONAMENTO DO QUANTUM PELO JUÍZO DA EXECUÇÃO. NATUREZA.

MOTIVOS. CIRCUNSTÂNCIAS E CONSEQUÊNCIAS DO FATO. NECESSIDADE DE FUNDAMENTAÇÃO. DECISÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

I - A Primeira Turma do col. Pretório Excelso firmou orientação no sentido de não admitir a impetração de habeas corpus substitutivo ante a previsão legal de cabimento de recurso ordinário (v.g.: HC 109.956/PR, Rel. Min. Marco

Superior Tribunal de Justiça

Aurélio, DJe de 11/9/2012; RHC .

121.399/SP, Rel. Min. Dias Toffoli, DJe de 1º/8/2014 e RHC 117.268/SP, Rel. Min. Rosa Weber, DJe de 13/5/2014). As Turmas que integram a Terceira Seção desta Corte alinharam-se a esta dicção, e, desse modo, também passaram a repudiar a utilização desmedida do writ substitutivo em detrimento do recurso adequado (v.g.: HC 284.176/RJ, Quinta Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, DJe de 2/9/2014; HC 297.931/MG, Quinta Turma, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, DJe de 28/8/2014; HC 293.528/SP, Sexta Turma, Rel. Min. Nefi Cordeiro, DJe de 4/9/2014 e HC 253.802/MG, Sexta Turma, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, DJe de 4/6/2014).

II - Portanto, não se admite mais, perfilhando esse entendimento, a utilização de habeas corpus substitutivo quando cabível o recurso próprio, situação que implica o não-conhecimento da impetração.

Contudo, no caso de se verificar configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, recomenda a jurisprudência a concessão da ordem de ofício.

III - A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e deste Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de que o cometimento de falta grave durante a execução da pena poderá ensejar a perda dos dias remidos, nos termos do art. 127 da Lei de Execução Penal. A partir da Lei 12.433, de 29.06.2011, que alterou a redação do art.

127 da Lei de Execução Penal, a revogação dos dias remidos ficou limitada à fração de 1/3 (um terço).

IV - Cabe ao Juízo das Execuções dimensionar a fração da perda dos dias remidos, limitada ao patamar máximo de 1/3 (um terço), levando em consideração o disposto no artigo 57 da Lei n. 7.210/1984.

V - No caso dos autos, não há que se falar em constrangimento ilegal, tendo em vista a concreta fundamentação exarada pelas instâncias ordinárias ao determinar a perda dos dias remidos no patamar máximo de 1/3 (um terço).

Habeas corpus não conhecido.

(HC 306.591/RS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 19/05/2015, DJe 12/06/2015)

**PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS
SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. NÃO**

CONHECIMENTO DO WRIT. EXECUÇÃO PENAL. APURAÇÃO DE FALTA GRAVE. ALTERAÇÃO DA DATA-BASE PARA OBTENÇÃO DE BENEFÍCIOS.

ILEGALIDADE FLAGRANTE. LIVRAMENTO CONDICIONAL, INDULTO E COMUTAÇÃO DE PENA. EXCEÇÃO. PERDA DOS DIAS REMIDOS. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO PARA A IMPOSIÇÃO DA PERDA MÁXIMA.

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, acompanhando a orientação da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, firmou-se no sentido de que o habeas corpus não pode ser utilizado como substituto de recurso próprio, sob pena de se desvirtuar a finalidade dessa garantia constitucional, insculpida no art. art.

5º, LXVIII, exceto quando a ilegalidade apontada for flagrante e estiver influenciando na liberdade de locomoção do indivíduo.

2. A Terceira Seção desta Corte, em sede de recurso especial representativo da controvérsia, firmou entendimento no sentido de que a prática de falta grave interrompe o prazo para a progressão de regime - acarretando a modificação da data-base e o início de nova contagem do lapso necessário para o preenchimento do requisito objetivo -, não havendo a interrupção para fins de obtenção de livramento condicional, o indulto e a comutação de pena, salvo disposição expressa em contrário no decreto presidencial.

3. Com o advento da Lei 12.433, de 29 de junho de 2011, que alterou a redação do art. 127 da Lei nº 7.210/84, a prática de falta grave no curso da execução implica em perda de até 1/3 (um terço) dos dias remidos, devendo o Juízo das Execuções aplicar a fração cabível à espécie, levando em conta a natureza, os motivos, as circunstâncias e as conseqüências do fato, bem como a pessoa do faltoso e seu tempo de prisão.

4. Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida de ofício.

(HC 296.972/SP, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, QUINTA TURMA, julgado em 23/10/2014, DJe 04/11/2014)

Ademais, é cediço que a Corte Superior de Justiça tem jurisprudência pacificada, a respeito do tema ora debatido, no sentido de que "consoante disposto no art. 127 da Lei de Execuções Penais, a

discricionariiedade do magistrado está adstrita à fração sobre a qual será determinada a perda dos dias remidos, pois não pode ser afastada a incidência da referida sanção" (AgRg no REsp 1626476/MG, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 20/10/2016, DJe 14/11/2016).

Ocorre que, no caso dos autos, o Juízo das Execuções Criminais, apesar de ter determinado a perda de 1/3 dos dias remidos, **fê-lo sem fundamentação alguma**, conforme se depreende da sentença transcrita, devendo ser reconhecido o apontado constrangimento ilegal. Por sua vez, o Tribunal *a quo*, verificando a falta de fundamentação, deveria ter determinado ao Juízo das Execuções que proferisse outra decisão pelo reconhecimento da falta grave, desta vez devidamente fundamentada, e não excluído da decisão agravada a sanção de perda dos dias remidos do apenado. Dessarte, necessária nova decisão fundamentada acerca do tema ora debatido.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, inciso III, do RISTJ, **dou provimento ao recurso especial** para reformar o acórdão recorrido, determinando o retorno dos autos ao Juiz das Execuções, para que fundamente a fração de dias remidos a ser perdida.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator